

REVISITANDO OS CONCEITOS E AS PRÁTICAS DE PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA SOB A ÓTICA DISCENTE

Renilde Furtado Ribeiro (UNAMA)
Manoel de Christo Alves Neto (UNAMA)

Email: rribeiro_sp@yahoo.com.br

Resumo:

O presente trabalho objetivou pesquisar a concepção de estudantes de Psicologia sobre sua prática nas comunidades a partir da disciplina Prática Supervisionada em Psicologia Social Comunitária. Participaram 9 alunos do 7º semestre, de uma universidade particular de Belém-PA. Para a realização desse trabalho, foi elaborado um questionário com 10 perguntas, cujo objetivo era investigar a concepção teórica de Psicologia Social Comunitária, a concepção prática, a relação entre a concepção teórica e a concepção prática e a auto-percepção do estudante. Os resultados indicaram que a maioria dos estudantes definem muito bem a Psicologia Social Comunitária na sua teoria e na prática, porém sentem dificuldade em relacionar ambas.

Palavras-chaves: Psicologia Social Comunitária; auto-percepção; concepção teórica; concepção prática.

INTRODUÇÃO

Histórico

Os trabalhos comunitários no Brasil começaram a ser desenvolvidos por volta da década de 50 por diferentes profissionais, como da Educação, Serviço Social, Saúde e Ciências Sociais. Nessas décadas de 50 e 60 o país passa por uma importante mudança no seu eixo econômico saindo de um modelo produtivo agropecuário e passando para o setor industrial e fabril nas cidades. Isso acarreta uma intensa migração do campo para a cidade e o surgimento de grandes cinturões de pobreza nas periferias dos centros urbanos. Porém aparecem algumas dificuldades como dificuldades na inserção, permanência e adaptação dessas pessoas à nova forma de vida. Diante disso, o Estado cria vários projetos na área educacional e assistencial, com o objetivo de preparar os setores populares para ingressar nesse sistema fabril. Freitas (2004) ressalta que atendendo a essas necessidades o Estado manteria essa população desfavorecida sob o seu controle, adaptadas a nova forma de produção.

Apesar disso, as dificuldades e necessidades da população aumentaram. Intensificaram-se as insatisfações, cresceram as contradições no cenário político-social e tornou-se cada vez mais concreto, no cotidiano da população, o clima do insustentável (FREITAS, 2004).

Nos anos 60 é gerado um período de intenso e violento confronto. Nesse contexto aparecem: reivindicações por necessidades básicas, movimentos populares urbanos, greves em setores de produção e de serviços, o desemprego aparece em números exorbitantes e o custo de vida e a inflação aumentam assustadoramente (CAMPOS, 1996).

Diante disso, surge transformações na área educacional com o objetivo de desenvolver uma consciência crítica na população, para que esta recuperasse o seu lugar no processo grupal.

Reivindicações populares são feitas devido: alto custo de vida, falta de garantia e direito nos empregos, condições mínimas para o plantio e a colheita da terra, revoltas da população contra o elevado índice de vida e operários reivindicando contra o arrocho salarial.

Em 1964 instaura-se o regime militar causando terror político e cultural na realidade brasileira. Segundo Freitas (2004) este é um período de “silenciamento da parte significativa da nossa intelectualidade comprometida com a realidade do país, seja pelo exílio a outros países, seja pelo emudecimento compulsório em outros solos”.

É neste período que se tem o reconhecimento oficial do profissional de Psicologia no Brasil, em 27 de agosto de 1962, cria-se lei para a regulamentação e criação do curso de Psicologia.

Os modelos teóricos, inicialmente, eram norte americanos. No final dos anos 60 formam-se as primeiras turmas de psicólogos, aos poucos esse profissional é colocado mais próximo da população em geral, comprometendo-se com os setores desprivilegiados. Este era o propósito para que o psicólogo passasse a não ser visto como um profissional elitizado, mas com uma significação política de mobilização e transformação social.

As práticas da Psicologia e comunidade começaram a advogar, nitidamente, uma deselitização e aproximação da Psicologia à realidade cotidiana concreta. Essas práticas realizavam-se de diferentes maneiras, desde a inserção e participação, eminentemente políticas, até a preocupação em atender as necessidades da população, mesmo que para isto os trabalhos tivessem fortes características assistencialistas. Esta “nova e diversificada” forma de interação com o contexto comunitário gerou, como um subproduto incipiente, a constatação de que a Psicologia não estava dando conta de compreender, explicar e, muito menos, indicar alternativas para os problemas vividos pelas pessoas em seu cotidiano (FREITAS, 2004, p. 36).

É importante ressaltar que neste período os referenciais teóricos que davam base para o trabalho do Psicólogo na comunidade vinham da sociologia, da antropologia, da história, da educação popular e do serviço social. E ainda, que este trabalho era feito de maneira voluntária e não remunerada. Assim sendo esses profissionais acabam buscando outros empregos e a maioria eram professores universitários, isso era bastante favorável, pois abria discussões e debates da prática do psicólogo e do seu compromisso social e político dentro das universidades.

Nos anos 70, com o governo ainda liderado por militares a população passa a encontrar formas de reivindicar. O Psicólogo começa a marcar o seu lugar em bairros populares, favelas comunidades eclesiais de base e associação de bairros.

Nos anos 80, pode-se dizer que foi uma década significativa para o desenvolvimento de trabalhos em comunidades, uma vez que esse tema passa a entrar na academia, torna-se temas de pesquisas. Isso faz com que essa prática na comunidade deixe de ser visto como algo clandestino e marginalizado acadêmica e socialmente.

Devido a falta de definição e especificidade da prática da Psicologia em comunidade alguns encontros e debates foram feitos pela Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), associação esta que foi criada em 1980, de grande valia para a construção de uma psicologia social crítica, histórica e comprometida com a realidade da população (CAMPOS, 1996).

Psicologia Social Comunitária

Góis (1993 apud CAMPOS, 1996) define a Psicologia Comunitária como:

Uma área da Psicologia Social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários. Visa ao desenvolvimento da

consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários, através de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos e da comunidade. [...] Seu problema central é a transformação do indivíduo em sujeito”.

A Psicologia Social Comunitária é uma prática que tem um compromisso com os setores menos favorecidos da população, buscando contribuir para sua conscientização e mobilização. Por iniciar-se das relações cotidianas não é considerado um trabalho assistencialista, pois é centrado na perspectiva do indivíduo, não tem como foco psicologizar os problemas das pessoas e sim lidar com o diferente “analisando-o como um produto de um processo de construção da dinâmica e das estruturas sociais e comunitárias, que acabam tendo por incidência particular o indivíduo” (FREITAS, 2004).

Inicialmente, os trabalhos em comunidades vêm de um levantamento das necessidades e carências vividas pelo grupo-cliente. Em seguida, procura-se trabalhar com os grupos populares, tendo como base métodos e processos de conscientização, “para que assumam o papel de sujeitos de sua própria história, conscientes dos determinantes sócio-políticos de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas mais enfrentados” (CAMPOS, 1996). Busca-se ainda o desenvolvimento de consciência crítica.

OBJETIVO

O presente trabalho teve como objetivo pesquisar a concepção dos estudantes de Psicologia sobre sua prática nas comunidades, partindo dos seguintes pontos: concepção teórica de Psicologia Social Comunitária, concepção prática de Psicologia Social Comunitária, relação entre teoria e prática e auto-percepção do estudante.

METODOLOGIA

Participantes

Fizeram parte do presente estudo 9 estudantes de Psicologia, de uma universidade particular de Belém-Pa, sendo 8 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. A idade dos sujeitos variou de 20 a 45 anos. Os sujeitos cursavam o 7º semestre, no turno vespertino. Tendo em vista que, a turma era dividida em 3 sub-grupos, para a atuação em três comunidades distintas, foram entrevistados aleatoriamente 25% de estudantes de cada sub-grupo.

Material

Para o desenvolvimento deste estudo foi elaborado um questionário contendo 10 questões subjetivas. As perguntas abordavam questões como a concepção teórica de Psicologia Social Comunitária, a concepção prática, a relação entre a concepção teórica e a concepção prática e a auto-percepção do estudante sobre os trabalhos realizados, dificuldades encontradas, satisfação com o trabalho e grau de compromisso.

Procedimento

Os estudantes foram escolhidos aleatoriamente, tendo como critério a comunidade em que atuavam. Após a devida autorização para a realização da entrevista o questionário era aplicado individualmente com gravação da entrevista para que pudesse ser transcrita seguidamente.

Vale ressaltar que 3 sujeitos responderam a entrevista por escrito e encaminharam via email.

RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

A partir dos dados coletados, destacamos alguns pontos das entrevistas que serão abordados mais detalhadamente a seguir.

Sobre a concepção teórica de Psicologia Social comunitária, dos entrevistados foi unânime a resposta de que é um campo da Psicologia que é voltado para a comunidade, destes 33% ficaram somente nessa definição. Os outros exploraram um pouco mais, abordando que a Psicologia Social Comunitária desenvolve trabalhos preventivos, de conscientização, estimula a participação da comunidade para mudar sua própria realidade, promove auto-gestão, trabalha com o emocional, trabalha com as pessoas que estão inseridas, com a família e com as instituições.

Foi solicitado que os entrevistados falassem sobre sua concepção prática da Psicologia Social Comunitária, a avaliação que os estudantes obtiveram dessa prática. Destes 78% avaliaram como uma ótima oportunidade de estágio, *“uma experiência muito válida, os conhecimentos agregados foram de imensurável valor”*. Em contrapartida, 22% expõe a não compreensão do trabalho realizado como observa-se no seguinte trecho da entrevista: *“parece que está faltando compreender qual é a função dessa prática e a meu vê na maioria das vezes a Psicologia Social no nosso trabalho ela não é exercida”*.

Um ponto que vale uma atenção maior, foi quando questionados sobre a relação entre a teoria e a prática e que em caso afirmativo descrevesse quais e como. A maioria mostrou-se pensativa antes de emitir sua resposta, todos afirmaram ter uma relação, porém 55% souberam explicar essa relação, como percebe-se nas falas: *“O objetivo da prática desenvolvida, que é o de promover a auto-gestão e autonomia do grupo, assim como despertar consciência crítica [...] as técnicas de dinâmicas de grupo apenas apóiam esses objetivos”*; *“fizemos um grupo operativo, o qual haviam papéis bem definidos, ou seja, ficou bem clara a teoria com a prática”*. Outros pontos destacados foram levar momentos de reflexão com o grupo, conhecimento da história e dos objetivos da Psicologia Social Comunitária.

Neste ponto buscamos uma citação de Rodrigues (1983) que diz: *“a meta principal (da Psicologia Social Comunitária) é a transformação da sociedade, uma psicologia de ação para a transformação, visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades”*. Partindo disso, este foi um dos objetivos mais ressaltados pelos estudantes durante a entrevista, que é preciso desenvolver uma consciência crítica na comunidade para que assim eles possam buscar melhores condições de vida. E este é um papel de significativa importância para o Psicólogo na comunidade, buscar a transformação da sociedade, promovendo uma autonomia no grupo, para que eles possam pensar por si e buscar o que for melhor.

Um outro ponto abordado pelos entrevistados foi o trabalho em grupo e para isso buscou-se Rodrigues (1983) que afirma: *“Não se consegue as transformações da comunidade através de um trabalho meramente individual. A essência mesma da transformação comunitária exige que ela se verifique com a participação de todos os membros da comunidade”*. E era assim que os estudantes mostraram realizar os seus trabalhos, todos unanimemente disseram que seus trabalhos eram realizados em grupos com discussões, reflexões e dinâmicas de grupos.

Em contrapartida 45% dos estudantes não souberam expor qual seria essa relação entre teoria e prática.

Foram abordados ainda quais os trabalhos realizados pelos estudantes e quais seriam os objetivos destes. Basta destacar que, cada sub-grupo desenvolvia um trabalho e tinham o seu público-alvo, que poderiam ser crianças, adolescentes, família, mães... enfim vários focos. Porém, o que buscou destacar nesse tópico foram os objetivos de um modo geral para a intervenção na prática desses estudantes, quais os objetivos que eles destacaram como importantes nos seus trabalhos, destes o que mais prevaleceu foi levar discussões, reflexões

para dentro dos grupos para que assim “*eles pudessem trazer suas idéias, suas opiniões e duas dúvidas*”.

Passando agora para a categoria de análise de auto-percepção do estudante sobre a sua prática na comunidade, focando nas dificuldades individuais que foram encontradas, mais da metade dos entrevistados ressaltaram sobre a falta de participação do grupo (comunidade) no início do trabalho, mas eles acabam justificando essa dificuldade devido a falta de vínculo inicial, mas que com o passar do tempo e no decorrer do trabalho isso modificou um pouco. Algumas outras dificuldades foram sendo abordadas também como: o curto espaço de tempo para trabalhar (sendo 2 dias na semana, 1 de intervenção e 1 de supervisão) isso acabava impossibilitando o desenvolvimento de um trabalho maior, a não compreensão da comunidade sobre o trabalho da Psicologia e a própria “não” compreensão dos alunos sobre os trabalhos realizados lá. Dos entrevistados dois ressaltaram suas dificuldades em não conseguir enxergar o trabalho da Psicologia na comunidade, ressaltando que qualquer pessoa poderia realizá-lo, como fala um dos entrevistados “*Basta ter um certo manejo de grupo e pesquisar técnicas de dinâmicas de grupo. Não tem muito mistério. Tudo bem que existe a parte teórica, mas mesmo assim! Não me sinto fazendo um trabalho de Psicologia.*”

Este é um ponto que merece atenção, uma vez que, como resalta Freitas (2004) “[...] o fato de haver um grande número de trabalhos ‘voltados e preocupados’ com os problemas sociais pode trazer um falsa idéia de que a população está sendo atendida nas suas necessidades básicas”. Este é um ponto que é enfatizado nas entrevistas, alguns estudantes não conseguem vê um diferencial no trabalho realizado, como é colocado por um estudante “*Não me sinto fazendo um trabalho de Psicologia*”.

Um outro ponto abordado aos entrevistados foi sobre a avaliação dos seus colegas sobre o trabalho comunitário. Destes 55% ressaltaram o desinteresse de parte do grupo (Psicologia) pelo trabalho na comunidade, como podemos observar em algumas falas: “*Tem muita gente que está ali porque é uma disciplina que reprova por falta, que reprova por nota e tem que fazer*”; “*Tem pessoas que se esforçaram bastante e outras que não se esforçaram, simplesmente porque não se identificaram com o trabalho*”; “*Tem uma grande parte que fica só na observação, até porque tem gente que não se identifica com a disciplina, então isso é um motivo que faz com que muitas pessoas não se interessem*”. O que se pode perceber diante deste ponto é que o desinteresse pelo trabalho acaba gerando a não motivação. Porém, para alguns alunos isso não seria uma desculpa para deixarem de fazer o trabalho. “*Eu tenho que ter um compromisso com aquilo, porque é um grupo social que está ali por algum objetivo que depende do meu trabalho*”, ressaltou uma estudante. O não compromisso pode acarretar em um trabalho não eficaz e até a falta deste, como observa-se na seguinte fala “*Nós tivemos grupos que ficaram terças-feiras sem intervenções. E isso é um absurdo! Isso mancha a nossa imagem na Psicologia, isso mancha a nossa imagem na comunidade, que de fato abriu portas para o nosso trabalho*”.

Diante disso, Rodrigues (1983) vem dizendo que “[...] as transformações comunitárias devem começar pela transformação das pessoas, fazendo-se com que elas se sintam responsáveis pelo seu destino e mais confiantes em poder muda-los”. Portanto, essa transformação das pessoas era algo falho, como foi colocado pelos entrevistados, uma vez que o desinteresse por parte de algumas pessoas acabava gerando um trabalho não eficaz, deixando a desejar. Como observamos ainda, que tiveram grupos que ficaram sem intervenções pela falta de motivação das pessoas. Como diz Rodrigues (1983) “devem começar pela transformação das pessoas”, isto é, primeiramente é preciso que o estudante esteja interessado em querer fazer, ter responsabilidade, pois somente assim poderá mudar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito tempo, a formação do profissional de Psicologia vem sendo repensada. Não são raros os esforços que têm sido despendidos no exercício de uma formação sólida e adequada às especificidades das diferentes realidades nas quais o psicólogo é convidado a trabalhar. A comunidade é uma delas. Convidamos os estudantes a pensarem sobre a sua formação, sobre as práticas realizadas no decorrer do curso, sua motivação, seus estudos teóricos, enfim até que ponto o estudante de Psicologia está preparado e/ou sente-se preparado para atuar juntamente com uma comunidade.

Coloca-se ainda a sua motivação, um fator de grande importância para a realização de um ótimo trabalho. Ressalta-se o grande valor que a disciplina de Prática Supervisionada em Psicologia Social Comunitária têm para a formação dos estudantes e como eles próprios colocaram, a grande validade em sair do teórico e ir para o prático, o quanto para a sua atuação é maravilhoso.

Desse modo, os processos educacionais [...] precisam se apoiar na discussão contínua da ética dos projetos sociais que os sustentam. Como decorrência, o sujeito abandona a condição de alguém a “ser formado” e assume autoria da construção de sua prática profissional, revisando conceitos e marcas identitárias. Tal autoria se processará pela ocupação do lugar de origem do fazer profissional e ser por ele responsável. Assim, adquire e ressignifica saberes, propõe interlocuções na diversidade e articula continuamente imaginação, consciência histórica e ética. SCARPARO, H. B. K., GUARESCHI, N. M. F. (2007)

REFERÊNCIAS:

- ✓ CAMPOS, R. H. F. (Org). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- ✓ FREITAS, M. F. Q. **Desafios contemporâneos à Psicologia Social Comunitária: que visibilidade e que espaços têm sido construídos?** In: Psicologia Argumento, Curitiba, v.22, n. 36 p. 33-47, 2004.
- ✓ RODRIGUES, Aroldo. **Aplicações da Psicologia Social**. Petrópolis, Vozes, 1983.
- ✓ SCARPARO, H. B. K., GUARESCHI, N. M. F. **Psicologia Social Comunitária profissional**. In: Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, vol. 19, 2007.